

FEMINISMO E A CONTINUIDADE DO VOTO DE CABRESTO

FEMINISM AND THE CONTINUITY OF CABRESTO VOTING

FEMINISMO Y LA CONTINUIDAD DEL VOTO DE CABRESTO

Paula Camila Marques do Carmo¹, Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares²

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.5054

Recibido: 24/02/2026 | Aceptado: 19/03/2026 | Publicación en línea: 25/03/2026.

RESUMO

O presente artigo aborda a relação entre o feminismo e a prática contemporânea do “voto obrigatório obrigado”, entendido como a imposição masculina ao voto da família, traçando um paralelo com a prática histórica do voto de cabresto. O objetivo geral é analisar como essa dinâmica influencia a autonomia das mulheres e perpetua desigualdades de gênero. Para isso, são delineados três objetivos específicos: investigar como essa prática se manifesta nas dinâmicas familiares e quais fatores a perpetuam; examinar o impacto dessa imposição na participação política das mulheres, considerando suas percepções e experiências; e propor reflexões sobre a necessidade de promover a educação para a cidadania, ressaltando a importância da autonomia nas decisões eleitorais femininas. O referencial teórico do artigo sustenta-se em autores que discutem a relação entre gênero, poder e política, como Simone de Beauvoir, Judith Butler e Nancy Fraser. A metodologia é qualitativa e envolve entrevistas semiestruturadas com mulheres de diferentes contextos socioeconômicos, permitindo uma compreensão aprofundada de suas experiências relacionadas ao voto. Também será realizada uma análise de conteúdo de depoimentos e relatos em mídias sociais, e uma revisão bibliográfica sobre feminismo e práticas de voto. O artigo busca enfatizar a importância de incluir a temática da autonomia política feminina nos currículos escolares, promovendo a educação para a cidadania e a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Feminismo. Continuidade. Voto. Cabresto.

ABSTRACT

This article addresses the relationship between feminism and the contemporary practice of "forced mandatory voting," understood as the imposition by men on their family's vote, drawing a parallel with the historical practice of "cabresto voting." The general objective is to analyze how this dynamic influences women's autonomy and perpetuates gender inequalities. To this end, three specific objectives are outlined: to investigate how this practice manifests in family dynamics and what factors perpetuate it; to examine the impact of this imposition on women's political participation, considering their perceptions and experiences; and to propose reflections

¹ Especialista em Práticas de Letramento e Escrita para a Educação Básica, Universidade Fedarlar do Pará (UFPA), Cametá, Pará, Brasil. E-mail: paulacamila.marques@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1577-6912>

² Doutora em Estudos Literários, Universidade Federal do Pará (UFPA), Cametá, Pará, Brasil. E-mail: lucilena@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8718-0494>

on the need to promote civic education, highlighting the importance of autonomy in women's electoral decisions. The theoretical framework of the article is based on authors who discuss the relationship between gender, power, and politics, such as Simone de Beauvoir, Judith Butler, and Nancy Fraser. The methodology is qualitative and involves semi-structured interviews with women from different socioeconomic contexts, allowing for an in-depth understanding of their voting-related experiences. A content analysis of testimonials and reports on social media, as well as a literature review on feminism and voting practices, will also be conducted. The article seeks to emphasize the importance of including the theme of women's political autonomy in school curricula, promoting civic education and gender equality.

Keywords: Feminism. Continuity. Voting. Cabresto.

RESUMEN

Este artículo aborda la relación entre el feminismo y la práctica contemporánea del "voto obligatorio forzado", entendido como la imposición masculina sobre el voto de la familia, trazando un paralelo con la práctica histórica del "voto de cabresto". El objetivo general es analizar cómo esta dinámica influye en la autonomía de las mujeres y perpetúa desigualdades de género. Para ello, se delinean tres objetivos específicos: investigar cómo se manifiesta esta práctica en las dinámicas familiares y qué factores la perpetúan; examinar el impacto de esta imposición en la participación política de las mujeres, considerando sus percepciones y experiencias; y proponer reflexiones sobre la necesidad de promover la educación para la ciudadanía, resaltando la importancia de la autonomía en las decisiones electorales de las mujeres. El marco teórico del artículo se basa en autores que discuten la relación entre género, poder y política, como Simone de Beauvoir, Judith Butler y Nancy Fraser. La metodología es cualitativa e involucra entrevistas semiestructuradas con mujeres de diferentes contextos socioeconómicos, permitiendo una comprensión profunda de sus experiencias relacionadas con el voto. También se realizará un análisis de contenido de testimonios y relatos en redes sociales, así como una revisión bibliográfica sobre feminismo y prácticas de voto. El artículo busca enfatizar la importancia de incluir la temática de la autonomía política femenina en los currículos escolares, promoviendo la educación para la ciudadanía y la igualdad de género.

Palabras clave: Feminismo. Continuidad. Voto. Cabresto.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A participação política das mulheres é um tema central nas discussões sobre democracia e equidade de gênero, especialmente em contextos onde práticas históricas e culturais limitam sua autonomia. No Brasil, o fenômeno do “voto de cabresto” ilustra como a manipulação e a coerção ainda influenciam o comportamento eleitoral, refletindo desigualdades que persistem nas

dinâmicas familiares e sociais. Este artigo propõe uma análise da relação entre o feminismo e a prática contemporânea do “voto obrigatório obrigado”, que se manifesta na imposição do voto por figuras masculinas, como maridos e pais, sobre as mulheres.

O objetivo é explorar como essa dinâmica não apenas perpetua um controle patriarcal, mas também impacta a participação política das mulheres, dificultando sua emancipação e autonomia. A pesquisa se fundamenta em uma revisão de literatura que inclui autores como Simone de Beauvoir, Judith Butler e Nancy Fraser, cujas obras oferecem um arcabouço teórico para entender as interseções entre gênero, poder e política. Além disso, a metodologia qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, com as mulheres do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Coletivo de Mulheres Girassol e a análise de conteúdo, permitirá uma compreensão aprofundada das experiências de mulheres em Cametá, Pará.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Cidade Nova, se torna assim, locus de pesquisa, por ser o lugar de onde surgem tais discussões, por contar com um Grupo de Mulheres, nomeado como Coletivo de Mulheres Girassol, que atua diretamente com cerca de 60 mulheres, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que buscam através de oficinas, rodas de conversas e da solidariedade, o empoderamento e o combate a essas e tantas outras mazelas sociais.

Diante desse cenário, a discussão torna-se ainda mais relevante ao considerar os dados que indicam a sub-representação das mulheres na política brasileira, revelam o esvaziamento das cadeiras em cargos eletivos para mulheres no Brasil. Essa discrepância revela a urgência de abordar as práticas coercitivas que ainda permeiam o processo eleitoral e de promover a educação para a cidadania, enfatizando a importância da autonomia nas decisões eleitorais das mulheres.

Assim, este artigo visa não apenas analisar as relações de poder que moldam a participação política feminina, mas também propor reflexões sobre a necessidade de mudanças estruturais que garantam a equidade de gênero e a plena autonomia das mulheres em suas escolhas eleitorais. A luta pela emancipação feminina e pela justiça social deve ser uma prioridade, não apenas para garantir um exercício democrático pleno, mas também para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, visando explorar as experiências e percepções das mulheres em relação ao “voto obrigatório obrigado”, assim como a sua relação com a autonomia política. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres de diferentes contextos socioeconômicos, permitindo um diálogo aberto que possibilitasse a expressão de suas vivências e opiniões sobre a prática do voto.

As participantes foram selecionadas por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Coletivo de Mulheres Girassol, situado em Cameté, Pará. As entrevistas foram realizadas em encontros presenciais, em um ambiente que respeitasse a privacidade e o conforto das entrevistadas. Cada entrevista teve duração aproximada de 30 a 60 minutos e foi gravada, com o consentimento prévio das participantes, para uma análise posterior mais detalhada.

Posteriormente, os dados obtidos foram submetidos a uma análise de conteúdo, onde foram identificados padrões, categorias e temáticas recorrentes que refletissem as experiências vividas. A análise também incluiu uma revisão de depoimentos e relatos em mídias sociais, buscando entender a narrativa contemporânea sobre o voto passivo e a influência masculina nas decisões eleitorais.

Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica de estudos pertinentes à interseção entre feminismo, políticas de voto e a autonomia feminina. A revisão teórica constituiu uma base para a discussão dos dados empíricos coletados, ajudando a contextualizar as experiências das mulheres entrevistadas dentro de um panorama mais amplo de desigualdade de gênero e controle patriarcal.

A metodologia visou não apenas compreender as dinâmicas familiares que perpetuam práticas coercivas, como também propor reflexões sobre a importância da educação para a cidadania e a necessidade de um maior empoderamento das mulheres em suas escolhas eleitorais.

ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

No Brasil, o cenário político ainda é permeado por práticas que limitam a autonomia e a liberdade de escolha dos eleitores, especialmente entre as mulheres. O fenômeno do “voto de cabresto” refere-se à manipulação dos votos, onde eleitores, muitas vezes em contextos de

desigualdade social, são cooptados ou pressionados a votar em determinados candidatos. Essa prática se manifesta de várias formas, como a coerção direta, a manipulação emocional e a pressão social, perpetuando uma cultura de subserviência e controle. Nesse contexto, o feminismo surge como um movimento essencial, buscando promover a autonomia das mulheres e a equidade de gênero, questionando e combatendo práticas que limitam a liberdade política.

A motivação para o aprofundamento dessa temática surgiu a partir de discussões com o Coletivo de Mulheres Girassol, onde ficou evidente a necessidade de explorar como as práticas políticas prejudiciais afetam a participação feminina. O debate levantou questões sobre as estratégias que podem ser utilizadas para empoderar as mulheres, dando-lhes voz e espaço no processo democrático. Essa discussão não apenas ilumina os desafios enfrentados pelas mulheres na política, mas também destaca a importância de uma mobilização coletiva para enfrentar essas barreiras.

A relevância de investigar a relação entre feminismo e a continuidade do voto de cabresto é indiscutível, pois esse tema está intrinsecamente ligado à construção de uma democracia mais sólida. É essencial desconstruir estereótipos de gênero e promover a educação política, incentivando a participação feminina não apenas nas eleições, mas em todos os espaços de decisão. Dessa forma, a luta feminista se torna uma ferramenta fundamental para garantir que todos os cidadãos possam exercer seus direitos de forma livre e consciente, sem a influência de práticas coercitivas.

Outro fato que mostra e aponta a necessidade de se falar sobre o tema, pois evidencia a continuidade do voto de cabresto e suas implicações na participação política das mulheres, foram dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que segundo a Agência Brasil EBC, embora as mulheres representem 52,4% do eleitorado brasileiro, dessas, apenas 34% das cadeiras em cargos eletivos são ocupadas por mulheres. Essa discrepância alarmante entre a representação feminina nas urnas e sua presença nas esferas de poder indica a urgência de se abordar essa questão. Além disso, pesquisas do Instituto Alziras revelam que 58% das prefeitas afirmam ter sofrido assédio ou violência política, fatores que contribuem para a sub-representação feminina e a perpetuação de práticas como o voto de cabresto.

Sendo assim, uma análise da relação entre o feminismo e a prática contemporânea do “voto obrigatório” revela uma tensão significativa entre a autonomia feminina e as imposições sociais que ainda persistem. Simone de Beauvoir (1970), em *O Segundo Sexo*, discute como as mulheres historicamente foram tratadas como cidadãs de segunda classe, com suas vozes e

direitos frequentemente silenciados. Essa dinâmica se reflete na prática do voto, onde a imposição do voto por maridos às suas esposas pode ser vista como uma extensão da opressão patriarcal.

Simone de Beauvoir (1970) argumenta que a liberdade política das mulheres é frequentemente questionada e subestimada. Ela menciona que “as mulheres não são dignas desse dever e que se votassem, os homens se tornariam efeminados” (p.160). Essas afirmações revelam um preconceito enraizado que ainda pode influenciar a dinâmica familiar contemporânea, onde o voto da mulher pode ser manipulado ou controlado pelo marido.

Outros afirmam com arrogância sua superioridade de machos: votar é uma obrigação, não um direito, as mulheres não são dignas desse dever. São menos inteligentes e menos instruídas do que os homens. Se votassem, os homens se tornariam efeminados. Não têm educação política, votariam em obediência ao marido. Se querem ser livres, que se libertem antes de tudo de suas costureiras. (Beauvoir. 1970, p. 160).

Portanto, ao se fazer a análise da relação entre feminismo e a continuidade do voto de cabresto revela um campo fértil para reflexão e ação, o presente artigo busca qualificar o debate sobre violência política contra as mulheres no Brasil, apresentando um novo conceito de cabresto, através do voto “obrigatório obrigado”. Assim sendo, é imperativo que a luta feminista inclua o combate a essas práticas prejudiciais, promovendo um ambiente político mais justo e igualitário. Somente assim será possível garantir que as vozes das mulheres não sejam silenciadas e que elas possam exercer plenamente seus direitos em uma democracia verdadeiramente representativa.

Além disso, Beauvoir destaca que “os encargos do casamento permanecem muito mais pesados para a mulher do que para o homem” (p. 172). Isso sugere que, mesmo em contextos onde as mulheres têm o direito de votar, as pressões sociais e familiares podem limitar sua capacidade de exercer esse direito de forma autônoma. A ideia de que o lugar da mulher é em casa e que as discussões políticas provocariam a discórdia no lar, reforça a noção de que a participação política das mulheres é vista como uma ameaça à harmonia familiar, perpetuando a ideia de que suas vozes devem ser silenciadas.

Simone de Beauvoir (1970) critica a noção de que “a licença negativa não abre nenhuma possibilidade concreta” (p. 172), enfatizando que a mera concessão de direitos não garante a verdadeira igualdade. Isso é particularmente relevante no contexto do voto, onde a liberdade de escolha pode ser comprometida por pressões externas, como a expectativa de que as mulheres votem de acordo com as preferências de seus maridos.

Logo, a prática do “voto obrigatório” imposto por maridos às esposas é uma manifestação da opressão patriarcal que ainda persiste, limitando a autonomia feminina. As colocações de

Simone de Beauvoir podem ser utilizadas para ilustrar como as estruturas sociais e familiares continuam a influenciar a capacidade das mulheres de exercerem seus direitos políticos de forma independente.

A modo de nos levar a refletir sobre a obrigatoriedade do voto, mas não o voto imposto pela justiça eleitoral a todos os cidadãos, surgindo assim, a necessidade de um novo conceito proposta pelas autoras que é o “voto obrigatório obrigado”, onde as mulheres, para além do dever cívico de votar, são obrigadas por figuras masculinas a “escolher” de acordo com a imposição do homem, seja o pai, o marido ou outra figura patriarcal.

A conquista do direito ao voto por parte das mulheres no Brasil, em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto Nº 21.076 do então presidente Getúlio Vargas, foi um marco significativo na luta pela equidade de gênero. No entanto, a continuação de um sistema patriarcal que limita a autonomia feminina revela que, ainda hoje, as mulheres enfrentam barreiras invisíveis que restringem sua verdadeira participação política. Essa situação não apenas perpetua desigualdades, mas também silencia vozes essenciais que poderiam enriquecer o debate público.

Portanto, Anna Rosa Termacsics dos Santos que pode ser apresentada como uma figura multifacetada, cujas atuações vão além das de escritora e professora. Ela se destacou também como historiadora, filósofa, militante política e poliglota. Sua trajetória reflete uma erudição notável, com contribuições significativas ao pensamento filosófico e ao movimento feminista. Conforme aponta Santos (1868), desde o século XIX, as mulheres tornaram-se objetos das vontades masculinas, não por mera submissão, mas por imposição.

Quando perguntamos por que metade do gênero humano deve ser sujeita à outra metade, por que a mulher deve ser uma qualidade de traste para um homem, proibida de ter seus interesses próprios, medir prazeres dela pelos seus, que razão se pode dar? Que o homem quer viver por sua conta, e a mulher, por conta dele, e as qualidades e conduta em indivíduos que são agradáveis aos governadores sucedem-lhes há muito tempo fazer estes indivíduos a eles mesmos considerados com virtudes apropriadas. (Santos, 1868, p. 80).

Portanto, Anna Rosa nos mostra que desde muito tempo, é fundamental refletir sobre os desafios persistentes e as possibilidades de transformação que emergem quando as mulheres exercem seu direito de forma plena e independente. Na próxima sessão, exploraremos os desafios, possibilidades e questões sociais relacionadas à participação da mulher na política, abordando como a superação dessas barreiras pode contribuir para um cenário mais equitativo e justo.

DESAFIOS, POSSIBILIDADES E QUESTÕES SOCIAIS RELACIONADAS À PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

A participação das mulheres na política é fundamental para a construção de uma democracia plural e representativa; no entanto, essa participação enfrenta uma série de desafios que precisam ser superados. Um dos principais obstáculos é a persistência de uma cultura patriarcal que domina as estruturas políticas e sociais. Muitas mulheres se deparam com preconceitos e estereótipos de gênero que deslegitimam suas capacidades como líderes.

Essa realidade é agravada pela violência política de gênero, que inclui assédio, ameaças e intimidação, criando um ambiente hostil que desestimula a participação feminina, não apenas das candidatas, mas também das eleitoras. Além disso, a falta de apoio institucional e de políticas públicas eficazes para proteger as mulheres e promover sua participação representa um desafio significativo. Pois, para Fraser apud Saraiva.

Então, a maior característica da injustiça de gênero é o androcentrismo: como um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados à masculinidade, enquanto deprecia tudo que é tido como “feminino”, paradigmaticamente – mas não apenas – mulheres. Penetrantemente institucionalizados, os padrões androcêntricos de valor estruturam largas faixas da interação social. (Fraser apud Saraiva, 2019, p. 33).

A autora ressalta como as estruturas de poder e os valores culturais profundamente enraizados perpetuam a desigualdade de gênero, criando um ambiente que não apenas marginaliza as mulheres, mas também as expõe à formas de violência política. A violência política de gênero, manifestada através de assédio, ameaças e intimidação, é uma extensão desse androcentrismo, que desestimula a participação das mulheres tanto como candidatas quanto como eleitoras. A falta de apoio institucional e de políticas públicas eficazes para proteger as mulheres e promover sua participação é um reflexo da necessidade urgente de reavaliar e transformar essas estruturas de poder. Portanto, é fundamental que haja um compromisso sério com a criação de um ambiente seguro e inclusivo, onde as mulheres possam exercer plenamente seus direitos políticos sem medo de represálias.

Apesar dessas barreiras, existem várias possibilidades para aumentar a participação feminina na política. A adoção de políticas de cotas eleitorais tem mostrado resultados positivos em muitos países, garantindo a presença mínima de candidaturas femininas em partidos políticos. Essa estratégia pode ajudar a criar um ambiente mais inclusivo e promover a diversidade nas esferas de decisão. Além disso, o fortalecimento de organizações feministas e redes de apoio pode

facilitar a mobilização e a capacitação de mulheres interessadas em se envolver na política. Programas de formação política e liderança são essenciais, pois fornecem habilidades e confiança necessárias para que as mulheres se candidatem e ocupem cargos de liderança.

As questões sociais relacionadas à participação das mulheres na política são amplas e interconectadas, refletindo desigualdades mais amplas em áreas como educação, trabalho e direitos humanos. O empoderamento feminino na política não apenas beneficia as mulheres, mas também contribui para um desenvolvimento social e econômico mais amplo.

Quando as mulheres estão envolvidas nas decisões políticas, suas perspectivas e necessidades são mais bem representadas, resultando em políticas mais inclusivas que atendem a uma gama mais ampla da população. Além disso, a participação das mulheres na política está intimamente ligada à luta contra a violência de gênero e à promoção dos direitos humanos. Ao ocupar espaços de poder, as mulheres podem influenciar a criação e a implementação de leis e políticas que protejam seus direitos e promovam a igualdade de gênero.

Portanto, promover a participação das mulheres na política é um desafio que exige um compromisso coletivo para dismantelar barreiras, criar oportunidades e abordar questões sociais complexas. Com políticas adequadas, apoio institucional e uma mudança cultural que valorize a voz feminina, é possível avançar em direção a uma democracia mais justa e representativa. Dessa forma, a diversidade de experiências e perspectivas será plenamente reconhecida e valorizada, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e igualitária. No tópico a seguir, apresentam-se as realidades de mulheres do Coletivo de Mulheres Girassol, no município de Cametá, que são fontes de inspirações e representam uma pequena amostra do que tratamos anteriormente.

MULHERES DO COLETIVO GIRASSOL E O VOTO “OBRIGATÓRIO OBRIGADO”

O município de Cametá possui uma rica história que remonta ao período colonial, sendo oficialmente fundada em 1635. Localizado à margem do Rio Tocantins, a cidade se desenvolveu como um importante centro de comércio e cultura na região amazônica. Ao longo dos anos, Cametá se destacou por sua diversidade cultural, influenciada por indígenas, africanos e europeus, refletindo um mosaico de tradições que ainda permeiam a vida cotidiana. No entanto, a cidade também enfrenta desafios sociais, especialmente em relação aos direitos das mulheres, que impactam suas comunidades mais vulneráveis.

As respostas coletadas nas entrevistas com mulheres do Coletivo Girassol, criado em 2022 no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Cidade Nova, Cametá, Pará, com o intuito de promover o fortalecimento de laços entre as mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e o empoderamento feminino revelam importantes compreensões sobre a dinâmica de decisão de voto em um contexto onde a participação política ainda é fortemente influenciada por normas sociais e familiares. Este levantamento foi realizado em reuniões semanais e grupos focais, onde as participantes puderam compartilhar suas experiências e percepções sobre o voto, muitas vezes, descrito como “obrigatório obrigado”, refletindo uma obrigação social que nem sempre se traduz em liberdade de escolha.

A maioria das informantes indica que, apesar de alguma forma de participação na decisão, o poder final de escolha recai sobre os homens da família. A Informante 1 menciona que “entramos em um consenso, mas no final quem decide é o meu esposo”, evidenciando um padrão em que a voz feminina é ouvida, mas não necessariamente considerada decisiva. Essa dinâmica é ainda mais explícita na fala da Informante 2, que afirma que seu pai “decide em quem votar”, reforçando a ideia de que a autoridade masculina predomina nas decisões políticas familiares.

Essa prevalência da figura masculina ressalta uma hierarquia que limita a expressão plena da autonomia feminina, refletindo um padrão onde o voto é mais uma obrigação do que uma escolha consciente. Apesar da predominância masculina nas decisões, algumas informantes relatam que participam do processo de escolha. A Informante 3 destaca que “tentamos todo mundo junto”, embora reconheça que, no final, seu marido acaba decidindo.

Essa participação, embora presente, parece ser mais simbólica do que efetiva, sugerindo que a discussão não resulta em uma verdadeira igualdade de poder. Por outro lado, a Informante 5, que se identifica como solteira, relata que faz suas próprias escolhas, indicando que a autonomia política pode ser “maior quando não há um parceiro masculino influenciando suas decisões”. Essa diferença sublinha a importância do contexto social e do estado civil na dinâmica de decisão de voto, variando entre as diferentes classes sociais e idades das informantes.

Quando questionadas sobre a prioridade em votar em mulheres, a resposta é geralmente negativa. A Informante 3, por exemplo, menciona que não há prioridade em votar em mulheres, “pois não dou valor”. Isso indica uma falta de representatividade feminina nas opções de voto, o que pode afetar a percepção das mulheres sobre a importância de apoiar candidatas. A Informante 4 também menciona a dificuldade de encontrar mulheres candidatas, refletindo uma realidade em

que a política ainda é dominada por homens. Essa escassez de opções femininas pode desestimular o voto consciente e a solidariedade entre mulheres, perpetuando um ciclo de sub-representação, especialmente em um município como Cametá, onde as barreiras sociais são acentuadas.

Além disso, a maioria das informantes conhece outras mulheres que, como elas, são influenciadas por homens nas decisões de voto. A Informante 1 observa que “normalmente homens decidem votos das mulheres”, enquanto a Informante 4 relata que sua mãe votou “em quem o marido dela pediu”. Essas falas sugerem uma norma social que perpetua a ideia de que as mulheres devem se submeter às decisões masculinas, indicando um ciclo de controle que se estende por gerações. Esse fenômeno limita não apenas a autonomia das mulheres, mas também reforça a ideia de que a participação política é uma extensão do poder masculino, independentemente das diferenças sociais ou etárias.

Em conclusão, as respostas indicam uma realidade preocupante em que a autonomia política das mulheres de Cametá é, frequentemente, limitada por normas sociais e dinâmicas familiares. Embora haja alguma participação nas decisões de voto, a influência masculina predomina, e a falta de representatividade feminina na política parece reforçar essa dinâmica. Para desafiar essas normas e incentivar uma maior participação das mulheres na política, é essencial promover discussões sobre a importância do voto consciente e da autonomia feminina, tanto nas famílias quanto nas escolas.

Para Judith Butler (2003), “a tarefa política não é recusar a política representacional”, sugere que, em vez de rejeitar completamente a política representacional, que é a forma como os indivíduos e grupos são representados em instituições políticas e na linguagem, é necessário engajar-se criticamente com ela. A autora afirma que,

As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o presente histórico, como definiu Marx. A tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. (Butler, 2003, p. 19).

Isso implica que, embora a política representacional possa ter suas limitações e falhas, como a tendência a simplificar ou homogeneizar identidades complexas, ela ainda é uma arena importante onde as lutas por direitos e reconhecimento ocorrem. A recusa total da política

representacional poderia levar à marginalização ainda maior, pois as estruturas de poder existentes não desapareceriam simplesmente por serem ignoradas.

Portanto, a tarefa política envolve uma crítica das formas de representação que existem, buscando reformulá-las e expandi-las para incluir vozes e experiências diversas, especialmente aquelas que têm sido historicamente excluídas. Isso significa trabalhar dentro do sistema para transformá-lo, em vez de se afastar dele completamente. A crítica deve ser direcionada às categorias de identidade e às normas que sustentam a política representacional, visando uma representação mais justa e inclusiva que reconheça a complexidade das identidades e experiências humanas.

Essas análises poderão ser complementadas com referências teóricas sobre poder, gênero e política, além de dados estatísticos sobre a representação feminina em cargos políticos, para fortalecer os argumentos apresentados no artigo. A luta por um voto que seja realmente livre e consciente deve ser uma prioridade para garantir que as mulheres de Cameté não apenas votem “obrigatório obrigado”, mas que possam fazer suas escolhas de forma autônoma e informada.

O PODER DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO DE MULHERES

A educação desempenha um papel fundamental na conscientização sobre o voto autônomo das mulheres, contribuindo de diversas maneiras para promover a igualdade de gênero e a participação política. Um dos aspectos mais importantes é a formação política e a cidadania. Ao incluir currículos que abordem a importância do direito ao voto e a responsabilidade de participar ativamente do processo democrático, a educação ajuda as mulheres a entenderem não apenas seus direitos, mas também o impacto que suas escolhas têm na sociedade.

O conceito de voto autônomo e igualdade de gênero está intrinsecamente ligado à necessidade de transformar as estruturas culturais que historicamente desvalorizaram a mulher e a mantiveram em posição de desvantagem. A educação, nesse contexto, surge como uma ferramenta essencial para dismantelar o sistema de crenças e normas que impede a plena participação feminina. Como Nancy Fraser aponta, a luta pela igualdade de gênero é, em grande parte, uma luta por reconhecimento que exige a reestruturação da cultura e dos valores predominantes:

O androcentrismo e sexismo predominantes exigem a mudança dos valores culturais (assim como de suas expressões legais e práticas) que privilegiam a masculinidade e

negam respeito às mulheres. Exigem o descentramento das normas androcêntricas e a revalorização de um gênero desprezado. A lógica do remédio é semelhante à lógica relativa à sexualidade: conceder reconhecimento positivo a um grupo especificamente desvalorizado. (Fraser, 2006, p. 234).

Essa perspectiva reforça que a simples garantia do direito ao voto não é suficiente; é imperativo que a educação promova o “descentramento” das normas androcêntricas. Ao conscientizar as mulheres sobre seus direitos e a natureza da injustiça cultural, a educação capacita-as a participar ativamente, não apenas exercendo o voto, mas desafiando as estruturas que as marginalizam das esferas de decisão.

Além disso, a educação pode atuar na desconstrução de estereótipos de gênero que muitas vezes limitam a participação feminina. Programas educacionais que discutem e desafiam essas normas sociais ajudam as mulheres a reconhecerem e superarem as barreiras que as impedem de se envolver na política. Ao promover uma cultura de igualdade, a educação incentiva tanto meninas quanto meninos a verem as mulheres como, preparando o terreno para uma futura geração mais equitativa.

Portanto, podemos refletir acerca do conceito de Empoderamento, que segundo Joice Berth (2019, p. 18), “é instrumento de emancipação política e social”, ou seja, coletivo, a autora nos fala que é necessário haver um entendimento plural sobre o mesmo. Enfatizando que o movimento não é monolítico, mas sim um espaço de múltiplas vozes e experiências.

Quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema. Exatamente por isso o termo também vem sendo severamente criticado, não por seu significado, mas pela maneira esvaziada com que é utilizado e que foge completamente das raízes da teoria proposta. (Berth, 2019, p. 24).

Portanto, ao considerarmos as diferentes dimensões do empoderamento, é fundamental destacar que esse processo vai além do simples acesso a recursos ou oportunidades. Ele envolve uma transformação interna que capacita os indivíduos a questionar sua realidade e a atuar ativamente na esfera pública. O empoderamento genuíno é aquele que se entrelaça com a educação crítica, uma vez que permite que não apenas compreendamos as complexidades do nosso contexto social e político, mas que também nos inspiremos a agir sobre elas. Essa conexão entre empoderamento e educação é vital, pois nutre um ambiente onde as vozes diversas não apenas são ouvidas, mas valorizadas, criando assim um espaço fértil para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro ponto crucial é o desenvolvimento de habilidades críticas. A educação crítica e o ensino de habilidades de análise permitem que as mulheres analisem informações e façam escolhas informadas sobre candidatos e políticas. Esse empoderamento intelectual não apenas aumenta a confiança das mulheres em sua capacidade de participar do debate político, mas também as torna eleitoras mais conscientes e engajadas.

A educação também pode ser uma ferramenta poderosa de empoderamento, proporcionando às mulheres o conhecimento e a confiança necessários para tomar decisões autônomas. Programas que enfatizam a importância da voz feminina na política e que promovem o autoconhecimento podem ajudar a mudar a percepção sobre o papel das mulheres na sociedade. Dessa forma, a educação não apenas informa, mas também transforma a autoimagem das mulheres, fazendo com que se sintam mais capacitadas a participar ativamente da vida política.

Ainda para Fraser (2006), este processo é crucial para romper o “círculo vicioso de subordinação cultural e econômica” (p. 234), que impede a plena igualdade de participação: “O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Para compensar a injustiça de gênero, portanto, é preciso mudar a economia política e a cultura” (p. 234). A educação, ao transformar a cultura e a autoimagem das mulheres, contribui diretamente para compensar as injustiças de reconhecimento, agindo sobre os valores culturais e as práticas institucionais que as desvalorizam e as excluem. Essa mudança é um componente necessário, junto com a redistribuição econômica, para dismantelar a desvantagem de gênero, dado o caráter bivalente dessa coletividade:

Naturalmente, as duas faces não são claramente separadas uma da outra. Elas se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a 'voz' das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. (Fraser, 2006, p. 234).

Além disso, a formação de redes de apoio é uma consequência importante da educação. Ao criar espaços onde as mulheres possam compartilhar experiências, discutir desafios e desenvolver estratégias para enfrentar a violência política e a discriminação, a educação facilita a construção de uma comunidade solidária. Essas redes são essenciais para fortalecer a participação feminina na política, pois oferecem suporte emocional e prático às mulheres que buscam se engajar.

O acesso à informação também é um aspecto vital. A educação deve garantir que as mulheres tenham acesso a informações relevantes sobre os candidatos, suas propostas e o funcionamento do sistema político. Campanhas de conscientização e programas de educação cívica são fundamentais para que as mulheres se sintam preparadas para votar e compreendam a importância de suas escolhas no processo democrático.

Por fim, a promoção de lideranças femininas é uma das iniciativas mais cruciais que a educação pode proporcionar. Iniciativas que incentivam e treinam mulheres para assumir cargos de liderança política são essenciais para criar uma representação mais equilibrada. Workshops, palestras e mentorias podem preparar as mulheres para se candidatar e assumir papéis ativos em suas comunidades, desafiando a normatividade que historicamente limita sua participação.

Portanto, a educação é fundamental para promover a conscientização sobre o voto autônomo das mulheres. Ao empoderar, informar e conectar mulheres, a educação estabelece uma base sólida para que elas possam exercer seus direitos políticos de maneira plena e consciente. A transformação do cenário político depende, em grande parte, do engajamento e da participação ativa das mulheres, que só pode ser alcançado por meio de uma educação inclusiva e libertadora.

INICIATIVAS PARA AUMENTAR A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA DE CAMETÁ

Para aumentar a representatividade feminina na política de Cametá, diversas iniciativas podem ser implementadas, abrangendo desde ações educacionais até políticas públicas. Uma das primeiras medidas é desenvolver programas de formação política voltados para mulheres, incluindo workshops sobre liderança, oratória e elaboração de propostas políticas. Essas capacitações ajudarão a prepará-las para a participação ativa na política, seja como eleitoras ou candidatas. Além disso, é fundamental realizar campanhas de conscientização sobre a importância da participação feminina na política, utilizando mídias sociais, rádio comunitária e eventos locais. Essas campanhas podem destacar a necessidade de um maior número de mulheres em cargos de liderança e as vantagens de uma representação diversificada.

Outra iniciativa crucial é a implementação de políticas de cotas, garantindo que um percentual mínimo de candidaturas em partidos políticos seja ocupado por mulheres. Essa medida pode estimular os partidos a investirem na seleção e promoção de mulheres para cargos eletivos. Criar redes de apoio e programas de mentoria que conectem mulheres interessadas em política

com líderes femininas já atuantes também é uma estratégia eficiente. Essas redes podem oferecer suporte emocional e prático, além de compartilhar experiências e estratégias bem-sucedidas.

A inclusão da educação cívica nos currículos escolares é igualmente importante, enfatizando a participação política e a igualdade de gênero. Ao educar as novas gerações sobre esses temas, é possível cultivar uma cultura de participação e respeito à diversidade desde cedo. Além disso, promover eventos comunitários, como debates e fóruns, pode incentivar a discussão sobre questões políticas relevantes para as mulheres, proporcionando espaços onde elas possam expressar suas opiniões e apresentar propostas.

Aumentar a visibilidade de mulheres líderes e candidatas na mídia local é outra ação necessária. Histórias de sucesso e conquistas podem inspirar outras mulheres a participar, mostrando que a presença feminina na política é viável e importante. Estabelecer fundos ou mecanismos de financiamento para apoiar candidaturas femininas, especialmente em contextos onde o acesso a recursos financeiros é uma barreira, facilitará a campanha de mulheres e aumentará suas chances de sucesso nas eleições.

Fraser (2006) nos diz que a urgência em promover a participação feminina na política reside na necessidade de atacar as raízes das injustiças que marginalizam as mulheres. As ações propostas (visibilidade na mídia para revalorizar a imagem feminina e financiamento para superar barreiras econômicas) buscam integrar soluções para o que o texto conceitua como um dilema fundamental da justiça social:

Eis, então, um difícil dilema. Doravante vou chamá-lo dilema da redistribuição-reconhecimento. Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e negar sua especificidade. (Fraser, 2006, p. 233).

O enfrentamento desse dilema, no entanto, não é um esforço isolado. Requer uma base de apoio institucionalizada e estratégias contínuas. A própria natureza do gênero como uma “coletividade bivalente”, que sofre simultaneamente de má distribuição socioeconômica e desconsideração cultural, torna insuficientes tanto as soluções puramente econômicas quanto as meramente simbólicas.

A injustiça de gênero é marcada por um “círculo vicioso de subordinação cultural e econômica” (fonte e pagina). Portanto, o sucesso das ações afirmativas, como o incentivo financeiro (redistribuição) e a visibilidade na mídia (reconhecimento), depende da articulação e

da permanência de políticas que atuem em ambas as frentes, exigindo o engajamento de múltiplos atores e a vigilância constante dos resultados.

Fomentar parcerias entre o governo local e organizações da sociedade civil que trabalhem com direitos das mulheres e política também é essencial, pois essas parcerias podem mobilizar recursos, conhecimento e apoio para iniciativas que promovam a participação feminina. Por fim, implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de participação feminina permitirá analisar seu impacto e eficácia, ajudando a ajustar estratégias e garantir que as iniciativas realmente contribuam para aumentar a representatividade feminina.

A análise dos dilemas de Cametá, tendo as experiências das mulheres do Coletivo Girassol, revela que, para alcançar uma democracia verdadeiramente representativa e inclusiva, é imperativo superar a tensão entre redistribuição e reconhecimento. Segundo Nancy Fraser, coletividades como as das mulheres são intrinsecamente “bivalentes”, sofrendo tanto de injustiça econômica, que exige a abolição das diferenciações de gênero na estrutura sociopolítica (lógica da redistribuição), quanto de injustiça cultural, que demanda a valorização de sua especificidade (lógica do reconhecimento).

O desafio reside no “dilema da redistribuição-reconhecimento”, onde as ações para valorizar a especificidade podem contradizer o objetivo de dissolver as estruturas de gênero. A estratégia para Cametá, portanto, deve buscar abordagens “transformativas”, que, ao invés de meramente afirmar a diferença, busquem uma reestruturação profunda da economia política e da cultura, permitindo que a igualdade social e o reconhecimento cultural se sustentem mutuamente, em vez de se aniquilarem.

CONCLUSÃO

O presente artigo explorou a complexa intersecção entre o feminismo e a prática contemporânea do “voto obrigatório obrigado”, evidenciando como essa dinâmica persiste como um mecanismo de controle sobre a autonomia política das mulheres. Ao traçar um paralelo com o histórico voto de cabresto, observou-se que as influências patriarcais continuam a moldar as experiências eleitorais das mulheres, condicionando suas escolhas e limitando sua liberdade de opinar e decidir. Isso se reflete nas narrativas coletadas em Cametá, onde a predominância da voz masculina nas decisões de voto se mantém, muitas vezes sob a forma de imposições sutis, que revelam uma hierarquia familiar ainda profundamente enraizada em valores tradicionais.

Apesar das conquistas legais que garantem o direito ao voto às mulheres, como a obtenção desse direito no Brasil em 1932, as barreiras práticas que restringem sua plena participação política parecem ignorar essa evolução. A pesquisa destacou que a apesar do aumento do número de mulheres no eleitorado, a sub-representação nos espaços de poder é alarmante.

Ademais, a análise das experiências das mulheres entrevistadas revela a urgência de promover a educação para a cidadania. Essa educação não deve se limitar a aspectos acadêmicos, mas deve incluir uma formação política que ensine tanto às mulheres quanto aos homens a importância do voto consciente e da equidade de gênero. Através de currículos que abordem a relevância do empoderamento feminino e as dinâmicas de poder, é possível cultivar uma nova perspectiva que rompa com estereótipos de gênero, fortalecendo o entendimento sobre a importância da participação política de todas as vozes, independentemente do gênero.

A educação também se apresenta como uma ferramenta vital para desconstruir normas sociais prejudiciais que limitam a participação das mulheres na política. A criação de espaços seguros para o diálogo, onde as mulheres possam compartilhar suas experiências, promover a solidariedade e desenvolver estratégias coletivas para enfrentar a violência política e a discriminação, é essencial. Organizações feministas e redes de apoio podem funcionar como catalisadores para essa transformação, oferecendo o suporte necessário para que mulheres se sintam encorajadas a se envolver e a liderar.

A luta pela autonomia política das mulheres deve, portanto, ser uma preocupação não apenas do movimento feminista, mas de toda a sociedade. Um compromisso coletivo é urgente para dismantelar as barreiras que ainda persistem e garantir que as vozes femininas sejam ouvidas em todos os níveis de decisão. Isso também implica um engajamento das instituições públicas para a criação de políticas públicas que não apenas protejam as mulheres, mas que também promovam e incentivem sua participação plena na política.

Diante do panorama apresentado, é fundamental que a pesquisa e a reflexão sobre temas de gênero sejam ampliadas, permitindo um amplo debate que convoque toda a sociedade a reexaminar suas práticas e valores. A transformação das condições sociais e políticas, em Cameté e em outras localidades, dependerá desse esforço conjunto em prol de uma democracia verdadeiramente representativa.

Em última análise, a luta pela igualdade de gênero e pela justiça social não é apenas uma questão das mulheres, mas de todos que acreditam em um mundo mais justo e equitativo. A educação, a mobilização e a coragem de desafiar normas estabelecidas são os caminhos que

podem levar a uma mudança significativa, onde cada cidadão possa exercer seus direitos de forma plena e consciente. Assim, nos propomos a continuar essa discussão, consciente de que somente através do engajamento coletivo e da valorização da diversidade de vozes poderemos construir uma sociedade mais justa, onde a autonomia política das mulheres seja reconhecida e respeitada em toda a sua magnitude.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

Berth, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução: Julio Assis Simões / cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GOMES, Bianca. **Censo das Prefeitas aponta aumento da violência política e assédio entre 2016 e 2020**. O Globo. 27 de abr. de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/censo-das-prefeitas-aponta-aumento-da-violencia-politica-assedio-entre-2016-2020-1-25492383>>. Acesso em: 20 de out. de 2025.

LUZ, Solimar. **Mulheres são maioria do eleitorado brasileiro, diz TSE**. Agencia Brasil, Rio de Janeiro, 06 de ago. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-08/mulheres-sao-maioria-do-eleitorado-brasileiro-diz-tse>>. Acesso em: 22 de nov. de 2025.

SANTOS, Anna Rosa Termacsics dos, 1821-1886. **Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar**. Prefácio e notas por Cristiane Ribeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

SARAIVA, Juliana Marques. **Redistribuição ou reconhecimento: um diálogo político-filosófico**. Londrina: [s.n.], 2019.